

PUBLICAÇÃO Nº 026/CMDCA-SP/2016

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/SP, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 8069/90, torna publica a Ata de Reunião da Reunião Ordinária do dia 18/01/2016.

Presentes:

Membros e Titulares e Suplentes: Mauro Caseri (Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania); Maia Aguilera Franklin de Matos (Secretaria de Negócios Jurídicos); Julia Santos Drummond (Secretaria de Negócios Jurídicos, suplente); Sergio Pinto Carneiro (Secretaria de Educação); Thaís Romoli Tavares (Secretaria de Educação, suplente); Lúcia regina Guimarães de Lemos (Secretaria de Finanças) Leda Sueli de Arruda Martins (Secretaria de Esporte, Lazer e Recreação); Maria Iracema de Araújo (Atendimento Social); Valdir Gugiel (Atendimento Social); Andréia Alves de Souza (Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente); Sueli Maria de Lima Camargo (Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente); Claudineide Fernandes Figueiroa (Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, suplente); Rita Luciana Bispo dos Santos (Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, suplente); Carlos Alberto de Souza Júnior (Estudos e Pesquisa);

Ausências justificadas: Athené Maria de Marco França Mauro (Secretaria de Saúde); Jean Karlo Oliveira de Souza (Secretaria de Cultura); José Geraldo de Paula Pinto (Melhoria das Condições de Vida da População) Maria de Fátima Lopes Pereira (Melhoria das Condições de Vida da População); Solange Cristina de Castro Sampaio (Trabalhadores).

Outros Participantes: Elisangela C. Flavio (Conselheira Tutelar Suplente e Candidata); Renato Gengueza (Conselho Tutelar da Mooca); Regina Narjer (ACTC); Roberta Lund (Helen Drexel); Valter Espinola (IOS); Walter de Andrade Filgueira Jr. (Casa Jesus Amor e Caridade Larzinho); Roberta Petressi (APAE-SP); Nathalia A. Gonçalves (Pró-Saber); Angélica Brandause (Pró-Saber); Luís Fernando Ossani (ASA); Marisol Parrilla (UNIBES); Wilson Cotrim (Conselho Tutelar da Mooca); João Santo (Câmara Municipal de São Paulo, Gabinete do Vereador Police Neto); Clovis T. Dias (Fundação Travessia); Gregório dos Reis Filho (Instituto Criar); Maria Cesarini (Gotas de Flor com Amor); Marcos Muniz (Liga Solidariedade); Fernanda Barreto (CPCA-SMDHC).

PAUTA:

1. Diretoria Executiva

1.1- Informes:

1.1.1 - Calendário das Comissões Permanentes

1.1.2 - Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (CMESCA).

2. CPPP

2.1 - Informes

3. CPRI

3.1 - Registros

4. CPGDCT

4.1 - Informes Gerais

4.2 - Informes sobre o Processo de Escolha dos Conselhos Tutelares

5. CPFO

5.1- Informes

6. CPCI

6.1 Informes

O Conselheiro Mauro Caseri, vice-presidente, iniciou a reunião e solicitou que os e as conselheiras presentes registrassem presença. Foi feita a leitura da pauta. Deliberou-se, por consenso, que o Calendário das Comissões Permanentes seria colocado caso a caso na pauta da referida Comissão, e que, ao final da reunião, haveria um informe sobre a reestruturação administrativa do Conselho.

1. Diretoria Executiva 1.1 Informes 1.1.2 - Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (CMESCA). A Coordenadora da CPCI, Thaís Romoli Tavares, em conjunto com Fernanda Barreto, representante da CPCA-SMDHC, explicaram que trata-se de uma Comissão Intersecretarial, coordenada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento

Social (SMADS), composta por representantes de secretarias e colegiados, aberta ao público, que existe desde 2007. Atualmente, está se debruçando na revisão do Plano Municipal ao Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Além disso, está preparando a tradicional intervenção da Comissão no Carnaval, o Grito de Carnaval, que será no dia 02 de fevereiro, e caminhará da Praça do Patriarca até a Praça Antônio Prado. Fernanda Barreto informou ainda que a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) disponibilizará ônibus e kit lanches para as entidades e conselheiros/as que quiserem mobilizar para a atividade, bastando informá-la pelo email fbarreto@prefeitura.sp.gov.br ou pelo telefone 31139693. O vice-presidente Mauro Caseri abriu para intervenções da plenária. A Conselheira Andréia Alves de Souza ressaltou a importância do evento, mas ponderou que será realizado em data anterior à volta dos serviços de assistência social, o que prejudicará a mobilização. O Conselheiro Sérgio Pinto Carneiro, apesar de concordar com Andréia, ponderou que o evento é realizado tradicionalmente antes do Carnaval, que caiu cedo este ano. A Conselheira Sueli Maria de Lima Camargo explicou que se o evento fosse apenas dois ou três dias depois, já faria diferença na mobilização. A Conselheira Maria Iracema de Araújo disse que questionou a ausência da CPCI neste processo no ano anterior, e parabenizou a atuação da comissão acerca da questão esse ano. O Conselheiro Valdir Gugiel disse que, anteriormente, o CMDCA fez intervenções junto a escolas de samba de São Paulo, o que poderia ocorrer este ano também. O Conselheiro Carlos Alberto de Souza Junior complementou a proposta, frisando que a fiscalização não chega nos blocos de rua da periferia, dizendo que os blocos de rua, que são mais de 400, estão cadastrados pela Prefeitura, de modo a ser possível entrar em contato e mandar material. O participante João Santo colocou que acha problemático o Conselho Tutelar estar presente nos blocos, dentro do Carnaval. A Conselheira Maria Iracema de Araújo disse que o ECA, o Manual de Procedimento da Ação Conselheira e o Regimento Interno dos Conselhos Tutelares não deixam dúvida: na ausência dos pais ou responsáveis pela criança ou adolescente, é o Conselho Tutelar da localidade de violação de direitos que deve responder, e ponderou, também, que no CMESCA há representação do Conselho Tutelar. A Conselheira Maia Aguilera Franklin de Matos pediu para a proposta de encaminhamento ser retomada, para fins de deliberação e registro. O vice-presidente Mauro Caseri encaminhou que a proposta seria feita por escrito pelos Conselheiros Valdir Gugiel e Carlos Alberto de Souza Júnior e apreciada ao final da reunião.

2. CPPP 2.1 - Informes. O Coordenador Valdir Gugiel informou que a Comissão se reúne todas as quartas-feiras, das 10h às 13h. Informou também que a Comissão tem de 10 a 12 processos a serem analisados. **3. CPRI 3.1 Registros.** O Coordenador Sérgio Pinto Carneiro informou que as reuniões da CPRI ocorrem às terças feiras, das 14h às 17h. fez a leitura dos registros a serem aprovados: **Registro: 1897/16 (novo)**, Organização Social: Associação Frida Khalo, Parecer: favorável, Validade: 01 ano, Regime: Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto, Programa: Centro Cultural Afrika, Nº de Atendidos/as: 140 crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos e 11 meses, Resolução utilizada: 102/2011, Conselho Tutelar: Vila Maria. **Registro: 1898/16 (novo)**, Organização Social: Associação Cultural e Comunitária Sorriso do Futuro, Parecer: favorável, Validade: 01 ano, Regime: Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto, Programa: Projeto Contra Turno Escolar, Nº de Atendidos/as: 80 crianças e adolescentes entre 7 e 16 anos, Resolução utilizada: 102/2011, Conselho Tutelar: Parelheiros. Os registros foram aprovados por unanimidade. O participante João Santo levantou a questão de que a Resolução aprovada pelo CMDCA que postergou o prazo de registros termina esses dias em janeiro e perguntou se haverá reunião em que todos os projetos serão apresentados para o público. O Coordenador Sérgio Pinto Carneiro disse que estão organizando a questão, tendo em vista que na quarta-feira anterior, 13 de janeiro, foi a primeira reunião da Comissão este ano e que se trata de mais de 60 projetos a serem analisados. **4. CPGDCT. 4.1 Informes Gerais.** A Conselheira Maria Iracema Araújo informou que as reuniões da CPGDCT ocorrem todas as segundas-feiras, das 14h às 17h, e que o calendário de reuniões abertas à cidade será divulgado posteriormente. Disse também que a primeira reunião da comissão seria naquele dia, e que tinham as pendências da organização da primeira audiência para discutir o plantão dos Conselheiros Tutelares, que será dia 29 de janeiro de 2016; questões relativas a férias dos Conselheiros Tutelares; e denúncias feitas à Comissão. Pediu que, em razão da sua ausência na semana anterior por falecimento na família, o Conselheiro Mauro Caseri desse o informe acerca do Processo de Escolha de Conselhos Tutelares. Colocou, ainda, a necessidade de nomeação de mais um membro de governo na Comissão, tendo em vista a saída da Conselheira Kátia Cristina dos Reis do CMDCA. **4.2 - Informes sobre o Processo de Escolha dos Conselhos Tutelares.** O participante João Santo questionou que a prorrogação do mandato dos Conselheiros Tutelares foi feita pelo instrumento de Resolução, sendo a data de posse foi determinada por lei municipal, o que, ao seu ver, configuraria uma ilegalidade. A Coordenadora Maria Iracema Araújo respondeu que só houve reunião para referendo da prorrogação dos mandatos por

pressão da sociedade civil, podendo, no seu entendimento, ser prorrogado o mandato por decreto, pois este regulamenta a lei. Disse que a sociedade civil evitou que ocorresse Resolução sem deliberação do CMDCA, questionamento que consta em ata, na reunião da segunda-feira anterior, de 11 de janeiro de 2016. O participante João Santo colocou ainda que a lei poderia ter sido alterada na Câmara dos Vereadores, o que não foi feito. O vice-presidente Mauro Caseri, membro da Comissão Central do Processo de Escolha dos Conselhos Tutelares informou que houve avaliação que o melhor instrumento seria a Resolução, de acordo com parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). Informou ainda que foi deliberada pela eleição em votos de papel, mas com apuração por leitura ótica das cédulas, semelhante ao processo feito em concursos públicos e em casa lotéricas. Tal instrumento é utilizado em eleições de outros países, como o Canadá. Nas cédulas constarão os nomes de todos os candidatos, e os votos não computados pela máquina poderão ser revisados manualmente. Informou ainda que edital referente a questão foi publicado em D.O.C. no dia 14 de janeiro de 2016. Informou também, sobre a segurança da eleição: que haverá no mínimo 388 pontos de votação, podendo o número ser aumentado de acordo com a demanda das comissões locais; que haverá no mínimo 1 (um) guarda civil municipal para cada ponto de votação; que o transporte das urnas será feito por 64 viaturas da Guarda Civil Municipal (GMC), que passarão e recolherão o material, levando-o até o local de apuração, que ainda será definido. Informou, ainda, acerca da divulgação do processo eleitoral: que estão sendo confeccionados cartazes tamanho A3 com o rosto, nome e número de todas as candidatas e candidatos da região, sendo que serão distribuídos 50 cartazes por candidato/a; que serão feitos folhetos A5 com explicações acerca da eleição; que os cartazes serão rodados pela Imprensa Oficial, que entregará o material, já aprovado pela Comissão Central. Informou que a única eventualidade que ainda poderia ocorrer seria o questionamento do processo licitatório, por vias judiciais, e que, para se precaver sobre a questão, a Imprensa Oficial está também produzindo cédulas sem leitura ótica, e o governo disponibilizará, 600 servidores/as para realizar a apuração manual; que serão disponibilizados 2 refeições por servidor/a que trabalhará no processo, e que está sendo licitado material de escritório. Informou ainda que terça-feira, dia 19 de janeiro de 2016, haverá reunião com membros de governo das Comissões Regionais, e que ele, Mauro Caseri e Sérgio Pinto Carneiro, membros do governo da Comissão Central, requisitaram a presença do Coordenador do processo, Weber Sutti, bem como do Secretário Municipal de Direitos Humanos Eduardo Suplicy. A Conselheira Maria Iracema

Araújo pediu que constasse em ata que tais encaminhamentos não estão conforme as deliberações da comissão, da reunião do dia 07 de janeiro de 2016, especialmente as deliberações referentes à lista "de-para" e que a Comissão Central nunca trabalhou com a possibilidade da apuração ser feita de maneira manual. Disse que a publicação do calendário já está em prejuízo, tendo em vista que, de acordo com o cronograma, dia 15 de janeiro de 2016 deveria ter ocorrido as reuniões das Comissões Regionais. Perguntou se a reunião do dia seguinte, terça-feira, 19 de janeiro de 2016, foi publicada enquanto extraordinária, e, portanto, com caráter deliberativo. O Conselheiro Sérgio Pinto Carneiro informou que a reunião seria com caráter de Grupo de Trabalho, ou seja, sem poder deliberativo, e que, na quinta-feira, dia 21 de janeiro de 2016, ocorreria reunião ordinária da Comissão Central, com caráter deliberativo. A Coordenadora Maria Iracema de Araújo disse que teriam que resolver a questão do atraso no cronograma então na referida reunião de quinta-feira, dia 21 de janeiro de 2016. O Conselheiro Mauro Caseri prosseguiu o informe, dizendo que houve acordo homologado em juízo para a eleição ocorrer daquela forma; que haverá um/a coordenador/a de ponto, que será o Diretor/a da escola em que ocorrerá a votação, para receber o material na quinta-feira antecedente à eleição; que estão sendo impressas 30% a mais de cédulas para quaisquer eventualidades; em seguida, expôs detalhadamente como foi efetuado o descarte de cédulas do processo de escolha anterior, em que houve a presença do Promotor Dr. Eduardo Dias e do Secretário Adjunto de SMDHC, Guilherme Assis de Almeida, além de outros funcionários públicos de SMDHC, que foram guardadas as atas e os pendrives. Informou, por fim, que o Currículo Vital (CV) dos/as candidatos/as será divulgado pelo site do CMDCA, sendo que o prazo para o envio do currículo é até 6a feira. **Informe sobre a reestruturação administrativa do CMDCA (incluída na pauta):** O vice-presidente Mauro Caseri informou que chegaram três pessoas para trabalhar no setor de conveniamento e mais três pessoas para dar apoio administrativo ao CMDCA, sendo que ainda virá mais uma para esse fim, totalizando quatro novos servidores para o CMDCA. Além disso, a coordenação do administrativo do Conselho ficará com a servidora Rute Alzira Mesquita, que se encarregará de alocar um/a servidor/a para cada comissão, no mínimo. A Conselheira Maria Iracema Araújo perguntou acerca do serviço de degravação das reuniões ordinárias e extraordinárias, hoje inexistente. O Conselheiro Mauro Caseri respondeu que a questão está em suspenso porque ainda se decidirá se o contrato desse serviço será exclusivo do CMDCA ou compartilhado com outros órgãos colegiados. Informou ainda que, será possível sua contratação, pois o orçamento do CMDCA foi

aumentado pela Câmara de Vereadores, de 3 milhões e 200 mil reais para 4 milhões de reais. **5. CPFO 5.1 Informes** O Coordenador Mauro Caseri informou que os processos de redirecionamento estão sendo analisados pela comissão desde o ano anterior e que poderá ser apresentado recurso em relação à decisão da CPFO à plenária do CMDCA. O participante João Santo questionou a ausência de um Edital FUMCAD referente ao ano de 2015 e apontou os prejuízos para a captação do CMDCA. O Coordenador Mauro Caseri informou que o CMDCA arrecadou 27 milhões em 2015, mesmo sem edital, o mesmo valor que o CONDECA, que será discutido Edital 2016. A Conselheira Rita Luciana Bispo dos Santos disse que a decisão da sociedade civil foi com base na qualidade necessária ao Edital, o que estava impossível em 2015. O vice-presidente Mauro Caseri concordou que a culpa de não ter havido Edital FUMCAD 2015 não é da sociedade civil. A conselheira Maria Iracema Araújo levantou a questão de ordem que o Edital FUMCAD 2016 fosse pauta da próxima reunião da Diretoria Plena.

Em seguida, agradeceu a presença e todos e encerrou a reunião. **6. CPCI 6.1 Informes** A Coordenadora Thais Romoli Tavares informou que a Comissão está focada no site do CMDCA, cuja proposta está na SECOM e está aberta a sugestões. Informou ainda que já foi impressa a primeira edição do Boletim do CMDCA, e que está sendo feita a segunda edição, que existirá ao menos por via eletrônica. **1.2 - Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (CMESCA).** Foi feita a leitura de proposta de encaminhamento, aprovado, acerca da questão: "Ampliar a divulgação da campanha contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes nos mega eventos da cidade de São Paulo, por meio de materiais áudio visuais e impressos. Por estarmos em meio ao Carnaval massificar está divulgação em parceria com a SMC (Secretária Municipal de Cultura) e SPTURIS (São Paulo Turismo) e a Comissão Intersecretarial do Carnaval de Rua (Decreto Nº56.690/15), para que os materiais criados para divulgação deste tema e dos canais para denúncias, tanto para o evento realizado no Sambódromo como também para os Blocos de Rua da cidade São Paulo, apresentando o material utilizado, conforme viabilidade de impressos como posters, camisetas, faixas e matérias audiovisuais. Divulgar nos sites da SMDHC e CMDCA e em suas redes sociais os materiais desta campanha e orientações a população em especial os canais de denuncia sobre violações e o papel do conselho tutelar e do sistema de garantia de direitos". A Coordenadora da CPCI, Thaís Romoli Tavares, sugeriu que as orientações acerca da questão sejam colocadas no site do CMDCA, proposta que foi acrescida com as sugestões de incluir material para as

entidades poderem colocar em seu próprio site. Não havendo mais nenhuma questão a tratar, o vice-presidente Mauro Caseri, coordenador dos trabalhos, cumprimentou os presentes e encerrou a reunião.